

A NOVA SUBALTERNIDADE E, POR TODO CANTO, AS DIGITAIS DO IMPÉRIO

João Peres
Jornalista

Daniel Garcia



Luis Manuel Rebelo Fernandes, Reginaldo Nasser e Mauricio Metri na mesa que abordou as questões de política externa

O tempo dirá se a agenda conflitante com interesses dos Estados Unidos foi decisiva para a articulação e consumação do golpe contra Dilma. Certo é que a desestabilização de sistemas políticos mundo afora tem sido a marca da atuação norte-americana, que não esconde seu agrado com a “subalternidade estratégica” de Michel Temer (PMDB) e José Serra (PSDB). O uso partidário do Itamaraty pelo chanceler interino, aspirante à Presidência da República em 2018, é uma ameaça à integração latinoamericana e aos BRICS

Dizem os antigos que o pior erro que um time poderia cometer contra o Santos de Pelé era marcar um gol logo no começo. Despertar a fúria de um oponente tão poderoso volta e meia terminava em goleada. Contra. Resumidamente, é o que pode ter ocorrido com o Brasil na sua relação com os Estados Unidos ao longo do século 21. Estudiosos da política externa entendem que ainda é cedo para definições categóricas, mas enxergam muitos elementos que conectam a derrubada de Dilma Rousseff à agenda diplomática soberana do Itamaraty, que não raramente colidia com a agenda norte-americana, como no caso da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Tese corroborada, discretamente, por Celso Amorim, chanceler dos governos Itamar Franco e Lula.

Amorim foi o principal formulador de estratégias no mínimo incômodas para a Casa Branca, o Departamento de Estado e o Pentágono. Criador do que se convencionou chamar de “política externa ativa e altiva”, o então ministro de Relações Exteriores promoveu esforços no sentido de reforço de um mundo multipolar, justamente no momento em que caía a União Soviética e os Estados Unidos esperavam se consolidar como polo único, no começo da década de 1990.

A reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas para que passasse a dar assento permanente a outras forças, incluindo o Brasil, era o pleito máximo da agenda de Amorim, intensificada em sua volta ao comando do Itamaraty, em 2003. Surgiram, então, muitos outros pontos contrários aos interesses norte-

americanos, a começar pelo enterro da ALCA, cuja criação foi proposta pelos Estados Unidos com a finalidade de impor suas normas de “livre comércio”, mas rejeitada pelo Brasil, em prol do fortalecimento do Mercosul e da criação da União de Nações Sul-americanas (Unasul).

Enfraquecer o Mercosul e a Unasul é objetivo de primeira hora do governo interino de Michel Temer, que enviou emissários aos Estados Unidos e se comprometeu a rever a política de exploração do Pré-Sal

Não por acaso, o enfraquecimento dos dois blocos regionais é um dos objetivos de primeira hora do governo Michel Temer. Já no documento “Ponte para o Futuro”, que lançou em 2015 em meio às articulações à luz do dia pela derrubada de Dilma, o agora presidente interino proclamava a necessidade de alinhamento estratégico com Estados Unidos e Europa, basicamente retomando a agenda de Fernando Henrique Cardoso, e a assinatura de acordos bilaterais de comércio, “com ou sem o Mercosul”. Antes que se votasse a abertura do processo de *impeachment* no Senado, o peemedebista enviou emissários a Washington e Nova York na tentativa de angariar apoios. E, ao assumir o Planalto, colocou entre os projetos

prioritários a mudança do regime de partilha do Pré-Sal, iniciativa que obviamente conta com total simpatia norte-americana.

Há algum tempo o historiador Moniz Bandeira, um dos mais respeitados estudiosos das relações internacionais brasileiras, tem insistido que os Estados Unidos são mais perigosos como potência decadente, que se sente ameaçada, que nos tempos de auge. Ele não tem dúvidas sobre o envolvimento norte-americano na derrubada de Dilma e cita entre os motivos a atitude de reação do Brasil à espionagem realizada pela Agência de Segurança Nacional (NSA), a compra de caças suecos em prejuízo dos aviões dos EUA e a integração sul-americana.

O caso de espionagem foi o mais estridente do primeiro mandato. No segundo semestre de 2013, vieram à tona, por meio de Edward Snowden, documentos da NSA mostrando que Dilma, ministros e envolvidos em áreas estratégicas, em especial o petróleo, haviam sido alvo de grampos ilegais e rastreamento de mensagens por parte dos Estados Unidos. Frente às vagas respostas da diplomacia norte-americana, a presidenta cancelou a visita de Estado que faria em outubro daquele ano.

Maurício Metri, professor do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), enxerga uma extensa lista de razões a explicar a irritação norte-americana. Na área de petróleo, o país redefiniu sua legislação e garantiu participação privilegiada à Petrobras na exploração das camadas do Pré-Sal. “O Brasil resgata o controle e a iniciativa estratégi-

ca para essa área sensível. Não sei o quanto foi intencional a decisão, mas o fato é que o primeiro leilão do Campo de Libra definiu uma parceria estratégica com a China”.

Os BRICS, a proteção ao Pré-Sal e a Política Nacional de Defesa são fatores de irritação da Casa Branca. “O Brasil cria um antagonismo de natureza geopolítica com a principal potência do sistema”, diz Maurício Metri, da UFRJ

Um ponto igualmente central foi a redefinição da Política Nacional de Defesa. Em 2012, como ministro da Defesa, Celso Amorim reeditou as linhas de atuação das Forças Armadas. O documento, o mais importante na elaboração das estratégias militares, elege como áreas de influência não apenas a América do Sul, mas o Caribe e a costa da África voltada ao Atlântico. E estende a atuação direta para a “Amazônia Azul”, ou seja, a faixa de mar situada a até 4,5 quilômetros da orla na qual estão as atividades do Pré-Sal, mencionado especificamente como patrimônio a ser protegido. “A ênfase deixa de ser sobre ameaças internas e passa a ser sobre ameaças externas. Entenda-se: potências. Nesse sentido, o Brasil cria um antagonismo de natureza geopolítica com a principal potência do sistema”, resumiu Metri, durante o semi-



Daniel Garcia

Professor Maurício Metri (UFRJ)

nário “Caminhos da esquerda diante do golpe”, realizado no final de maio na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP).

A criação dos BRICS, claro, também entra na conta. A união geopolítica com Rússia, Índia, China e África do Sul buscou potencializar as forças emergentes do cenário global, todas envolvidas com reivindicações por uma redistribuição de poder nas instituições multilaterais. Sem obter avanços concretos, em especial no Fundo Monetário Internacional (FMI) e nas Nações Unidas, os BRICS anunciaram nos últimos anos a criação de um banco de fomento e de um fundo de reserva para nações em dificuldades, duas iniciativas que colidem com aquelas instituições e com os interesses dos Estados Unidos.

“A estratégia norte-americana é impedir a consolidação dos polos que rivalizem”, diz o professor Luís Manuel Fernandes, do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro. Para ele, a fonte maior da instabilidade internacional em nosso século é a ação unilateral dos Estados Unidos, responsável pela derrubada de governos mundo afora. Dois casos

recentes ocorreram na América Latina: a deposição de Manuel Zelaya em Honduras (2009) e a de Fernando Lugo no Paraguai (2012). Nicolás Maduro, na Venezuela, é o mais cotado a ser o próximo da lista. “Isso tudo será documentado depois. Evidentemente, a América Latina foi identificada como o elo mais frágil para se contrapor a movimentos contra-hegemônicos em curso no sistema internacional”.

É a mesma visão nutrida pelo governo da Rússia. Embora a chance-laria do país de Vladimir Putin tenha evitado condenações mais explícitas à assunção de Temer, o vice-ministro de Relações Exteriores, Sergey Ryabkov, disse recentemente que os Estados Unidos têm usado de toda sua força para não perder poder, o que passa pela provocação de cenários de instabilidade. Venezuela, Argentina e Brasil seriam apenas os exemplos mais recentes, na visão do diplomata. A pauta comercial dos russos com a América Latina é relativamente pequena, mas a diplomacia da nação asiática considera que os casos ocorridos com Dilma, Cristina Kirchner e Maduro têm relação com a queda ou a derrota de outros governos contrários aos Estados Unidos. Neste sentido, Putin e sua área de influência poderiam entrar na lista.

Em março, o ex-presidente Lula da Silva foi conduzido coercitivamente pela Polícia Federal ao Aeroporto de Congonhas, numa midiática operação para prestar depoimento no curso da Operação Lava Jato. Em abril, Cristina teve de depor perante o juiz Claudio Bonadio, em Buenos Aires, devido a medidas cambiais de sua gestão recém-encerrada. Na ocasião, afirmou que, sempre que

um governo popular chega a seu fim, autoridades passam a vasculhar em busca de algo que possa ser transformado em crime. Para Fernandes, da PUC-RJ, trata-se de uma ação calculada e alinhada. “A destruição dessas lideranças carismáticas compõe a agenda de reversão desse posicionamento estratégico que a América do Sul tomou na última década”.

Novo ministro assumiu Itamaraty com ataques aos países bolivarianos. “Ele está usando as Relações Exteriores como palanque. Não há política externa do Serra. Há política do Serra usando a diplomacia brasileira”, lamenta Reginaldo Nasser

Ao assumir o Ministério de Relações Exteriores, o senador José Serra (PSDB) buscou isolar, ao menos na oratória, os “países bolivarianos”. Emitiu nota contra todos os que se posicionaram de maneira crítica ao golpe, e não deixou de atacar nem mesmo o secretário-geral da Unasul, o ex-presidente colombiano Ernesto Samper, a quem atribuiu posturas “incompatíveis” com o cargo que ocupa. Os comunicados foram assinados pelo Itamaraty, algo pouco usual na diplomacia, em que normalmente a posição é proclamada em nome de um país. Como observou com sagacidade o experiente jornalista Jânio

de Freitas, o ministro interino só pouco, entre os apoiadores latino-americanos de Dilma, o secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Luis Almagro, muito próximo dos norte-americanos e feroz crítico do governo venezuelano.

No primeiro discurso, Serra tentou estabelecer pontes com os argumentos dos movimentos contrários ao PT, dizendo que a política externa dos últimos 13 anos foi calcada em ideologia e em amiguismos internacionais. “É mais discurso, é mais bravata, é mais para lhe capacitar como candidato à presidência da República. Ele está usando as Relações Exteriores como palanque, o que é algo muito novo. Não há política externa do Serra. Há política do Serra usando a diplomacia brasileira”, lamenta Reginaldo Nasser, professor de Relações Internacionais da PUC São Paulo, ao recordar que esta é a primeira vez desde FHC que o Itamaraty é comandado por um político.

Ignorando sua interinidade, Serra lançou um decálogo que supostamente redefine a matriz de política externa. Alguns pontos são vagos ou contraditórios, como aquele que diz que o país cobrará respeito à democracia. Mas, ao observar o tom geral, há muita clareza sobre o realinhamento com Estados Unidos e União Europeia, e sobre a perda de prioridade da relação com os BRICS, citados apenas de passagem ao longo de 19 minutos do discurso inicial do chanceler.

Chama atenção que também a Argentina tenha obtido espaço privilegiado. Foi o primeiro país a reconhecer oficialmente Temer como presidente, e também o destino inaugural



Professor Luis M. Rebelo Fernandes (PUC-RJ)

de Serra em missões internacionais. Não é uma escolha ao acaso, nem de um lado, nem de outro. O governo de Maurício Macri assumiu em dezembro com a promessa de deixar de lado as articulações dos emergentes e de voltar a olhar de maneira privilegiada aos Estados Unidos. Em março, Barack Obama foi a Buenos Aires referendar a mudança de rumos e saudar a Argentina como uma nação que está sabendo retomar sua condição de líder regional. Basicamente, uma volta aos anos 1990, quando a diplomacia norte-americana usava Argentina e Brasil em um sistema de contrapesos local, ora fortalecendo um lado, ora fortalecendo o outro. Na ocasião, o presidente dos Estados Unidos não passou por Brasília, que, agora, talvez volte a figurar entre os destinos de viagem do chefe de Estado.

“Na nossa região e na África, eu temo muito pelo que possa acontecer”, declarou recentemente Celso Amorim. “Eu temo muito por um desengajamento seletivo. E todos precisam do Brasil. O Brasil é a dobradiça, é o ponto fulcral da integração sul-americana. Isso vai sofrer muito”. Para ele, o país passará de uma situação de prestígio no cenário global a

Daniel Garcia



Professor Reginaldo Nasser (PUC-SP)

uma postura cabisbaixa, coroada pela subalternidade aos Estados Unidos.

Jornais e revistas estrangeiras, da esquerda à mais liberal das direitas, viram no processo de impeachment e nas primeiras atitudes de Temer situações entre o ridículo e o alarmante. E muitos países ainda não o reconhecem: “É o calcanhar de Aquiles do governo”, diz Luís Fernandes, da PUC-RJ

A volta aos anos 1990 pode levar a esquerda a um *flashback*. As lutas contra a ALCA foram o ápice de um momento raro em que a política externa ocupou posição central na agenda de movimentos. Agora, Reginaldo Nasser avalia que será necessário promover uma articulação social em termos internacionais para tentar detectar movimentos mais

ampos e construir resistências mais profundas. “É sair da defensiva e tentar pensar em uma nova ação internacional para as esquerdas. Não podemos ficar circunscritos ao debate nacional”. Ele entende que este é o caminho para dar uma resposta à altura de uma articulação claramente internacional, pois enxerga uma reação planejada da direita, dentro e fora do país, à projeção alcançada pelo Brasil nos dois mandatos presidenciais de Lula: “Houve progressiva implementação de instituições de direita claramente influenciadas pelo conservadorismo norte-americano. É um perfil diferente da direita com que a gente costumava lidar”.

O Instituto Millenium, que congrega jornalistas, acadêmicos e empresários no esforço de imposição de uma agenda ultraliberal, pode ser visto, num mundo de rápidas transformações, como um “avô” do que surgiu a partir de junho de 2013, de forma muito menos sofisticada e discreta: Movimento Brasil Livre (MBL), Vem pra Rua e afins. “Quando aparecem as primeiras notícias de que um juiz do Paraná coloca em público uma fala da presidenta e do ex-presidente, e destroi as maiores corporações da América Latina, tem algo estranho nisso. Não tem muito sentido”, complementa o professor da PUC-SP, em referência ao papel da Operação Lava Jato, comandada pelo magistrado federal Sérgio Moro, de Curitiba.

As conexões internacionais, porém, demoraram a ocupar papel público relevante no debate do *impeachment*. As atuações se intensificaram às vésperas da votação do processo na Câmara e, principalmente, antes e depois da aprovação pelo Senado. É neste ínte-

rim que Samper, da Unasul, e Almagro, da OEA, vieram ao Brasil prestar apoio a Dilma. Também o argentino Adolfo Pérez Esquivel, Prêmio Nobel da Paz, manifestou repúdio ao golpe durante passagem por Brasília, em plena sessão do Senado Federal, o que provocou a fúria dos apoiadores de Temer. Uma turma que, por sinal, tem passado recibo sobre o incômodo com a imagem carimbada no exterior. Ao olhar-se no espelho, o atual governo parece não encontrar a formosura com que se imagina.

As muitas tentativas de uma inserção positiva no noticiário internacional, particularmente norte-americano e europeu, falharam. Jornais e revistas, da esquerda à mais liberal das direitas, enxergaram no processo de *impeachment* e nas primeiras atitudes de Temer diversas situações que oscilaram do ridículo ao alarmante. E muitos governos mundo afora ainda não o reconheceram como legítimo. “Temer está preocupado com isso. É o calcanhar de Aquiles do governo”, diz Fernandes, da PUC-RJ. “Mas acho que não devemos ter ilusões porque, nas relações internacionais, consolidado o governo, acabou: são estabelecidas relações diplomáticas normais. Não devemos pensar que haverá um grande movimento internacional de recusa”.

O embaixador dos Estados Unidos na OEA, Michael Fitzpatrick, afirmou logo em seguida à votação do *impeachment* no Senado que o que ocorreu no Brasil não é golpe. Uma posição comemorada pelos representantes de Temer, que disseram que o “principal ator” do cenário global reconhece a legitimidade do novo governo. Como se sabe, não haverá almoço grátis.